



URBANIZAÇÃO, CONSUMO E DESIGUALDADES NO ESPAÇO RURAL

URBANIZATION, CONSUMPTION, AND INEQUALITIES IN RURAL AREAS

Ecléa Morais¹

Atila Barros da Silva²

DOI: 10.66029/AOIV3154

RESUMO: Este artigo analisa o processo de urbanização do campo e o consumo de bens e valores urbanos pelos trabalhadores rurais, compreendendo-o como um fenômeno complexo, atravessado por dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas. Partindo de uma abordagem crítica, o estudo discute como a expansão da racionalidade urbano-industrial redefine modos de vida, formas de trabalho, padrões de sociabilidade e identidades no meio rural. O consumo é interpretado não apenas como prática material, mas como mediador de pertencimento, reconhecimento social e construção de subjetividades, frequentemente associado ao endividamento, à precarização laboral e à intensificação das desigualdades internas. O texto problematiza os impactos da homogeneização cultural, da transformação dos hábitos alimentares e da erosão dos saberes tradicionais, destacando suas implicações para a saúde, a sustentabilidade ambiental e a continuidade intergeracional. Ao mesmo tempo, evidencia as contradições do processo, reconhecendo a emergência de movimentos de resistência, ressignificação cultural e valorização territorial. Defende-se a necessidade de políticas públicas integradas, baseadas na valorização da agricultura familiar, na educação crítica e na participação comunitária, capazes de promover um desenvolvimento territorial socialmente justo e ambientalmente responsável. Conclui-se que enfrentar os efeitos do consumo urbano no campo exige a superação de abordagens individualizantes e a construção de projetos coletivos que articulem dignidade, autonomia e justiça socioespacial.

Palavras-chave: Urbanização do campo; Consumo; Identidade rural; Desigualdades socioespaciais.

ABSTRACT: This article analyzes the process of rural urbanization and the consumption of urban goods and values by rural workers, understanding it as a complex phenomenon shaped by economic, social, cultural, and symbolic dimensions. Adopting a critical approach, the study discusses how the expansion of urban-industrial rationality redefines ways of life, forms of labor, patterns of sociability, and identities in rural contexts.

¹ Doutora em Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6758999803142159>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0009-3744-9825>. E-mail: ecleamorais@yahoo.com.br

² Graduado em Análise de Sistemas e em História pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP), possui formação acadêmica multidisciplinar. É pós-graduado com MBAs em Gestão do Conhecimento e em Data Warehouse e Business Intelligence, além de especializações em Engenharia de Software, Antropologia, História, Educação do Campo, Filosofia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA-RJ), onde atua como professor titular e pesquisador. Leciona nos cursos de Pedagogia, Sociologia e Antropologia, bem como nas graduações em Ciências Jurídicas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Ciências da Computação. Atualmente, é doutorando em Educação pela Universidad Nacional de Rosario (UNR-Argentina). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4660184868094532>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0006-3739-0681>. E-mail: atilafmusp@gmail.com



Consumption is interpreted not only as a material practice but also as a mediator of belonging, social recognition, and the construction of subjectivities, often associated with indebtedness, labor precariousness, and the intensification of internal inequalities. The text problematizes the impacts of cultural homogenization, changes in eating habits, and the erosion of traditional knowledge, highlighting their implications for health, environmental sustainability, and intergenerational continuity. At the same time, it reveals the contradictions of this process, recognizing the emergence of movements of resistance, cultural resignification, and territorial valorization. The study argues for the need for integrated public policies based on the valorization of family farming, critical education, and community participation, capable of promoting socially just and environmentally responsible territorial development. It concludes that addressing the effects of urban consumption in rural areas requires overcoming individualizing approaches and building collective projects that articulate dignity, autonomy, and sociospatial justice.

Keywords: Rural urbanization; Consumption; Rural identity; Sociospatial inequalities.



INTRODUÇÃO

A urbanização, compreendida em sua acepção estrutural e histórica, não se limita à expansão física das cidades nem ao adensamento demográfico dos centros urbanos consolidados. Trata-se de um processo complexo, multiescalar e profundamente articulado às dinâmicas de acumulação de capital, às transformações tecnológicas e às reconfigurações socioculturais que atravessam a formação social brasileira. Nesse sentido, a urbanização não apenas ocupa o território urbano tradicional, mas infiltra-se nas áreas rurais, reorganizando paisagens, redefinindo práticas produtivas e, sobretudo, reconfigurando os modos de vida, as formas de sociabilidade e os horizontes simbólicos das populações agrárias.

A experiência rural contemporânea não pode mais ser compreendida como exterior ou residual ao urbano. Ao contrário, ela se inscreve em uma totalidade socioespacial na qual as distinções clássicas entre campo e cidade tornam-se progressivamente mais porosas. O consumo de bens, serviços e valores associados à vida urbana por trabalhadores rurais residentes no campo constitui uma das manifestações mais visíveis dessa transformação. Contudo, reduzir o fenômeno à mera incorporação de padrões de consumo seria simplificá-lo indevidamente. O que está em curso é uma reestruturação das referências culturais, dos regimes de temporalidade e das formas de inserção econômica que historicamente definiram o mundo rural.

Em 1920, o Brasil registrava uma população de 27.500.000 habitantes, dos quais apenas 4.552.069 residiam em 74 cidades com mais de 20 mil habitantes, correspondendo a 17,0% do total. Esse dado revela o caráter majoritariamente rural da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Todavia, mesmo nesse contexto, já se observava uma concentração espacial significativa da população urbana: 58,3% dessas cidades situavam-se na região Sudeste, particularmente em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e no então Distrito Federal. Tal concentração evidencia que o processo de urbanização, desde suas fases iniciais, esteve associado a assimetrias regionais, vinculando-se aos polos dinâmicos da economia cafeeira, ao início da industrialização e à centralidade político-administrativa.

A partir das décadas de 1930 e 1940, a urbanização passou a integrar o conjunto das transformações estruturais que redefiniram a sociedade e a economia brasileiras. A industrialização por substituição de importações, o fortalecimento do Estado nacional-desenvolvimentista e a consolidação de um mercado interno ampliado produziram um deslocamento decisivo da base agrário-exportadora para um modelo urbano-industrial. A urbanização, nesse período, assumiu caráter estrutural: não se tratava apenas de crescimento demográfico das cidades, mas de uma reconfiguração do próprio tecido social. A sociedade brasileira, em sua totalidade, tornou-se progressivamente urbana, ainda que parcelas significativas da população permanecessem fisicamente no campo.

Esse “grande ciclo de expansão da urbanização” articulou-se ao “grande ciclo de expansão das migrações internas”. As migrações do campo para a cidade, intensificadas ao longo do século XX, constituíram um elo fundamental entre as transformações econômicas e a aceleração do processo urbano. Conforme apontam Brito (2016), tais deslocamentos populacionais não podem ser interpretados apenas como respostas individuais à busca por oportunidades; eles expressam mudanças estruturais na organização da produção, na mecanização agrícola e na concentração fundiária. Ao mesmo tempo em que expulsavam contingentes de trabalhadores do campo, essas transformações reforçavam a centralidade das cidades como espaços privilegiados de emprego, consumo e mobilidade social.



Entretanto, paralelamente ao êxodo rural, desenvolveu-se um movimento menos evidente, porém igualmente significativo: a urbanização do próprio campo. A modernização agrícola, a expansão das redes de transporte e comunicação, a difusão da eletrificação rural e a ampliação do acesso a bens industrializados produziram uma reconfiguração profunda do espaço rural. Áreas anteriormente marcadas por economias de subsistência e por forte isolamento territorial passaram a integrar circuitos mais amplos de circulação de mercadorias, informações e valores culturais.

A urbanização no campo refere-se, portanto, ao processo pelo qual territórios rurais adquirem características tradicionalmente associadas ao urbano, seja no plano infraestrutural, seja nos padrões de consumo, seja nas formas de organização social. Essa transformação manifesta-se na presença de equipamentos e serviços (escolas, unidades de saúde, comércio varejista diversificado), na incorporação de tecnologias digitais, na intensificação do uso de automóveis e motocicletas, e na adoção de hábitos de consumo que extrapolam a lógica estritamente agrária. O trabalhador rural contemporâneo, ainda que permaneça vinculado à produção agrícola, insere-se em redes sociotécnicas e simbólicas que o conectam diretamente aos centros urbanos.

Contudo, a aproximação entre urbano e rural não implica homogeneização plena. Ao contrário, ela produz tensões e ambiguidades. A incorporação de valores urbanos pode significar ampliação de oportunidades e acesso a direitos, mas também pode implicar erosão de práticas comunitárias tradicionais, reconfiguração das relações de solidariedade e intensificação de desigualdades internas. O campo urbanizado não é mera réplica da cidade; ele constitui um espaço híbrido, no qual coexistem temporalidades distintas, racionalidades produtivas diversas e formas diferenciadas de apropriação do território.

Além disso, a urbanização do campo deve ser analisada à luz das dinâmicas contemporâneas do capitalismo globalizado. A expansão do agronegócio, a financeirização da terra e a integração das cadeias produtivas aos mercados internacionais transformaram o espaço rural em plataforma estratégica de acumulação. Nesse contexto, a modernização não se limita à melhoria das condições de vida; ela frequentemente se associa à concentração de renda, à precarização do trabalho e à subordinação de pequenos produtores a grandes conglomerados. A urbanização rural, portanto, pode reforçar processos de dependência e vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que reconfigura identidades e expectativas sociais.

As fronteiras entre urbano e rural tornam-se, assim, analiticamente instáveis. A distinção clássica baseada na densidade populacional ou na predominância de atividades econômicas revela-se insuficiente para apreender a complexidade atual. O campo contemporâneo é atravessado por fluxos materiais e imateriais que o conectam a redes urbanas nacionais e globais. O urbano, por sua vez, depende cada vez mais de sistemas produtivos e logísticos ancorados em territórios rurais altamente tecnificados. Trata-se de uma relação de interdependência estrutural, que exige categorias analíticas capazes de compreender a totalidade socioespacial em sua dinâmica contraditória.

Dessa forma, a urbanização no campo não deve ser entendida como simples extensão da cidade sobre o território rural, mas como processo histórico de reconfiguração das formas de produção, reprodução social e construção simbólica do espaço. Ela expressa a incorporação do rural à lógica urbana-industrial e, simultaneamente, a permanência de especificidades que resistem à homogeneização. A análise crítica desse fenômeno impõe reconhecer tanto seus potenciais emancipatórios, acesso a infraestrutura, serviços e direitos, quanto seus limites estruturais, desigualdades persistentes, conflitos fundiários e tensões culturais.

A urbanização brasileira, longe de se restringir aos centros metropolitanos, constitui um processo abrangente que redefine o território nacional em sua totalidade. Ao



transformar o campo, ela altera não apenas a paisagem física, mas também as subjetividades, os padrões de consumo e as formas de inserção social dos trabalhadores rurais. Compreender essa dinâmica exige ultrapassar dicotomias simplificadoras e reconhecer que o urbano, mais do que um lugar, tornou-se uma condição histórica que atravessa e reorganiza o conjunto da sociedade.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS NAS ÁREAS RURAIS

A urbanização no campo refere-se ao processo pelo qual áreas rurais adquirem características urbanas, como a expansão de infraestrutura, a proliferação de serviços e o aumento da densidade populacional. Esse fenômeno é impulsionado por uma série de fatores inter-relacionados. Entre eles, estão o êxodo rural, à medida que jovens buscam oportunidades de emprego nas cidades, a melhoria da infraestrutura de transporte que conecta áreas rurais aos centros urbanos e a disseminação da cultura e dos valores urbanos através da mídia e da tecnologia.

O deslocamento populacional do meio rural para o urbano, conhecido como êxodo rural, é um fenômeno histórico no Brasil que persiste até os dias atuais. Segundo os dados do IBGE, nos últimos cinco anos (2019-2023), nesse período, houve uma diminuição na população rural brasileira, passando de 30,8 milhões para 28,8 milhões, representando uma queda de 6,5%. Esta taxa supera a média global de 2,7% para o mesmo intervalo temporal (IBGE, 2022).

A observação desses dados revela disparidades regionais significativas. O êxodo rural demonstrou-se mais acentuado em certas regiões do país do que em outras. O Nordeste e o Norte, por exemplo, registraram reduções de 8,4% e 7,8%, respectivamente, em sua população rural, enquanto o Sudeste e o Sul apresentaram declínios menores, de 3,2% e 2,9%, respectivamente. Um dos efeitos perceptíveis desse fenômeno é o envelhecimento da população rural. A migração dos jovens para os centros urbanos tem contribuído para um aumento na proporção de indivíduos com 60 anos ou mais no meio rural, que passou de 14,7% em 2019 para 16,2% em 2023 (IBGE, 2023).

Ao longo das últimas duas décadas, a população rural brasileira superou a média mundial em tamanho. Segundo o Banco Mundial (2023), o percentual de habitantes do país que residem em áreas rurais caiu 33,8% entre 2000 e 2022, em comparação com uma queda de 19,2% em todo o mundo.

A população rural do Brasil migrou muito, principalmente entre as décadas de 1950 e 1980. Isso resultou em uma queda significativa de aproximadamente 65% para cerca de 25% da população total que vive no campo no Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante destacar que, embora o êxodo tenha diminuído desde então, o fenômeno continua presente tanto no Brasil quanto em todo o mundo. Em termos nacionais, é mais acentuado do que em outros países (Alves, 2011).

Em 2000, cerca de 18,8% da população brasileira vivia em áreas rurais. No entanto, em 2022, esse número caiu para 12,4%. Como mencionado por Teixeira, essa porcentagem já é inferior à de nações como Estados Unidos, Alemanha e França. Por outro lado, a população rural representará 18,5% em 2022 entre os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde se encontram as nações mais desenvolvidas do mundo. Isso é uma queda de 24,4% em 2000. Essa disparidade representa uma queda de 24 por cento, quase 10 pontos percentuais abaixo do que ocorreu no Brasil (OCDE, 2022).

Em termos globais, a parcela da população que vive em áreas rurais diminuiu de 53,3% em 2000 para 43,3% em 2022. Especialmente os mais jovens são afetados por esse



fenômeno, que está relacionado à escassez de oportunidades de trabalho e educação nas áreas rurais.

Quanto à infraestrutura educacional rural, observa-se uma queda no número de estabelecimentos de ensino básico, passando de 79,3 mil para 52,7 mil entre 2010 e 2022. Paralelamente, o número de matrículas também diminuiu, de 4,6 milhões para 3,3 milhões no mesmo período. Além disso, a população apta para o trabalho, compreendida entre 18 e 59 anos, apresentou uma redução de quase 1 milhão de indivíduos de 2012 a 2022. No entanto, o declínio geral da população é mitigado pelo aumento de cerca de 200 mil pessoas na faixa etária idosa, conforme indicado pelo Banco Mundial (2022). As consequências desse êxodo são intrincadas. Incluem desde o declínio na produção agrícola devido à migração da mão de obra qualificada até o aumento da pobreza rural e o abandono de áreas rurais, acarretando impactos ambientais e culturais negativos, além de sobrecarga nos serviços públicos urbanos devido ao aumento do influxo populacional.

Para ilustrar o fenômeno da urbanização, usaremos o município de Teresópolis, localizado na Serra Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Localizado na região serrana do estado, o município de Teresópolis apresenta singularidades educacionais que refletem suas características geográficas e a influência da comunidade local, fortemente ligada às atividades agrícolas e pecuárias. Com raízes profundas na agricultura e pecuária, Teresópolis destaca-se na produção de laticínios, frutas, verduras e flores, abastecendo não apenas sua região, mas também outras partes do estado (EMBRAPA, 2023).

Com uma área total de pouco mais de 770 km², apenas cerca de 8,31% são urbanas, enquanto mais de 91,69% são áreas rurais, compostas por montanhas, florestas de mata atlântica e propriedades rurais. No entanto, o município também enfrenta um grave processo de urbanização sem planejamento adequado de áreas rurais e favelização.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, 24% da população de Teresópolis vivia em favelas (aglomerados subnormais³), o equivalente a mais de 33 mil pessoas. Isso coloca a cidade como o segundo município com maior índice de favelização no estado do Rio de Janeiro, atrás apenas de Nova Iguaçu (IBGE, 2020).

O processo de favelização em Teresópolis tem origens históricas. Nas décadas de 1950 e 1960, a cidade viveu um período de expansão industrial. Isso atraiu um grande fluxo migratório, principalmente de pessoas das áreas rurais, que buscavam melhores condições de vida. No entanto, a falta de planejamento urbano e a especulação imobiliária dificultaram o acesso a moradia digna para essas pessoas. Como resultado, elas passaram a ocupar áreas marginais e irregulares, dando origem às favelas da cidade.

Outro fator que contribuiu para a favelização em Teresópolis foi a tragédia das chuvas de 1966, que devastou a Baixada Fluminense. Cerca de 100 mil pessoas ficaram desabrigadas e muitas delas migraram para a cidade em busca de abrigo. Desde então, o processo de favelização em Teresópolis se intensificou. A cidade enfrenta uma série de problemas sociais e econômicos, como a desigualdade, a pobreza e o desemprego, que contribuem para a persistência das favelas.

Assim como ocorre em Teresópolis, a urbanização do campo e o êxodo rural desencadeiam uma série de transformações sociais e econômicas. Nas áreas rurais, novos padrões de ocupação do solo surgem à medida que antigas fazendas são convertidas em loteamentos residenciais e áreas comerciais. As comunidades rurais também enfrentam mudanças em suas estruturas sociais e culturais. O influxo de novos residentes, muitas

³ No Brasil, os aglomerados subnormais são também chamados de favelas, cortiços, loteamentos precários, invasões, entre outros. Eles são um grave problema social e ambiental, pois abrigam uma parcela significativa da população urbana, com condições de vida precárias e que estão expostas a diversos riscos (Pretto, 2013).



vezes vindos de áreas urbanas, traz consigo diferentes estilos de vida e valores, influenciando a identidade local e as tradições. Essa interação entre o urbano e o rural pode levar a conflitos e desafios de integração.

A PERDA DE IDENTIDADE

A reflexão sobre a relação entre campo e cidade, no âmbito da crítica da economia política e da sociologia urbana, remete a uma das divisões estruturantes da sociedade moderna: a divisão social, espacial e simbólica do trabalho. Conforme assinala Marx (2016), a separação entre campo e cidade constitui a forma mais complexa e decisiva da divisão do trabalho, pois articula simultaneamente dimensões materiais e intelectuais da produção social. Essa cisão não se restringe à organização das atividades econômicas, mas envolve a constituição de esferas diferenciadas de poder, saber e controle, que estruturam a totalidade das relações sociais.

Na perspectiva marxiana, a cidade consolida-se historicamente como o espaço privilegiado do trabalho intelectual, da administração política, da regulação jurídica e da gestão fiscal. É nela que se concentram os aparelhos institucionais responsáveis pela organização do Estado, pela mediação dos conflitos sociais e pela reprodução das relações de produção. Dessa forma, a cidade torna-se o locus da direção econômica e ideológica da sociedade, exercendo um papel dominante sobre o campo. Tal centralidade não é apenas funcional, mas também simbólica, uma vez que a produção de valores, normas morais, crenças religiosas e formas de consciência social encontra, no espaço urbano, suas principais instâncias de legitimação e difusão. A divisão entre campo e cidade, portanto, expressa uma assimetria estrutural de poder, na qual o urbano assume a condição de polo hegemônico da vida social.

Essa interpretação é aprofundada por Henri Lefebvre (1969), que identifica na divisão primordial do trabalho o fundamento histórico da separação entre campo e cidade. Ancorado na tradição marxista, Lefebvre compreende essa cisão como correlata à separação entre trabalho material e trabalho intelectual, bem como à oposição entre o natural e o espiritual. O campo, historicamente associado à produção material direta e à relação imediata com a natureza, é progressivamente subordinado à cidade, entendida como espaço da abstração, da racionalização e da mediação institucional. Essa dissociação não é natural, mas socialmente produzida, resultando de processos históricos vinculados à expansão do capitalismo e à complexificação das formas de organização social.

Posteriormente, Lefebvre (1999) amplia essa análise ao conceber campo e cidade como construções sociais resultantes de múltiplas interações econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Ambos os espaços produzem realidades distintas, modos de vida específicos e formas particulares de sociabilidade. Contudo, essas diferenças não os tornam esferas autônomas ou isoladas. Ao contrário, são impulsionadas por uma mesma lógica produtiva, inscrita no modo de produção capitalista, que subordina tanto o rural quanto o urbano às exigências da acumulação e da valorização do capital. As relações entre campo e cidade, nesse sentido, constituem um sistema dinâmico de interdependências, no qual cada espaço adquire sentido em relação ao outro.

Nessa mesma direção, Locatel (2013) ressalta que tanto as áreas urbanas quanto as rurais ultrapassam suas definições espaciais convencionais. O campo não é exclusivamente rural no sentido estrito, assim como a cidade não é exclusivamente urbana em termos funcionais e simbólicos. Ambos incorporam práticas, fluxos e dinâmicas que transcendem seus limites tradicionais. As divergências entre esses espaços não devem ser interpretadas como dicotomias absolutas, mas como expressões da diversidade dos



processos de desenvolvimento social, marcados por desigualdades regionais, diferenciações produtivas e heterogeneidades culturais.

A incorporação, pelo campo, de atividades, valores e estratégias de vida oriundos do universo urbano, e, reciprocamente, a incorporação, pela cidade, de práticas vinculadas ao rural, não conduz, entretanto, à completa homogeneização dos espaços. Persistem características específicas que conferem singularidade a cada subespaço. As identidades territoriais, as formas de organização comunitária, os saberes locais e as práticas produtivas tradicionais continuam a desempenhar papel relevante na configuração do mundo rural, ainda que submetidas a intensos processos de transformação. A relação entre campo e cidade fortalece-se justamente na medida em que suas diferenças são reconhecidas, tensionadas e articuladas, produzindo formas de complementaridade que sustentam a reprodução social.

Nesse contexto, a urbanização deve ser compreendida como um processo histórico e relacional, e não como um estado final ou uma simples expansão física das cidades. Tanto o campo quanto o urbano constituem-se como espaços socialmente produzidos, moldados por relações de poder, por disputas simbólicas e por estratégias econômicas. Apenas quando o campo é concebido como um mundo rural, isto é, como um conjunto complexo de dimensões sociais, culturais, econômicas, afetivas e interpessoais —, e não meramente como espaço agrícola subordinado à lógica produtivista, torna-se possível analisar criticamente os efeitos da urbanização sobre sua identidade e sua autonomia. A redução do rural à sua função econômica obscurece a riqueza de suas práticas sociais e fragiliza suas formas próprias de reprodução cultural.

A migração rural-urbana insere-se nesse quadro como um dos principais vetores de transformação identitária. Historicamente associada à busca por melhores condições de vida, emprego e acesso a serviços, essa mobilidade espacial afeta profundamente as estruturas sociais das comunidades rurais. A saída sistemática de jovens em direção aos centros urbanos provoca o esvaziamento demográfico, o envelhecimento populacional e a descontinuidade das práticas culturais. O rompimento dos vínculos intergeracionais compromete a transmissão de saberes tradicionais, fragiliza as redes de solidariedade e produz um sentimento difuso de perda simbólica e histórica.

Paralelamente, a industrialização do campo e a mecanização da agricultura intensificam esse processo ao reduzir a dependência da força de trabalho humana. A introdução de maquinários, insumos industriais e tecnologias digitais transforma radicalmente as formas de produção, reconfigurando a relação entre o trabalhador e a terra. O trabalho manual, assim como os conhecimentos empíricos acumulados ao longo de gerações, perde centralidade diante de modelos técnicos padronizados e orientados por critérios de eficiência econômica. Esse deslocamento contribui para o enfraquecimento do vínculo identitário entre os sujeitos e suas práticas produtivas.

Ademais, a globalização e a integração dos mercados agrícolas ampliam a pressão sobre os produtores rurais para que adotem padrões industriais e competitivos. A submissão às cadeias globais de valor impõe ritmos, normas e exigências externas às realidades locais, frequentemente em detrimento de técnicas tradicionais, diversificadas e ambientalmente sustentáveis. Como consequência, muitos trabalhadores passam a experimentar uma sensação de perda de controle sobre seu próprio meio de subsistência, associada à precarização econômica e à instabilidade produtiva. A agricultura deixa de ser percebida como prática social enraizada no território e passa a ser vivenciada como atividade subordinada a interesses externos e voláteis.

A perda da identidade do homem e da mulher do campo, nesse sentido, não pode ser compreendida como resultado de escolhas individuais ou de suposta “inevitabilidade” do progresso. Trata-se de um fenômeno estrutural, vinculado à reconfiguração das



relações entre capital, trabalho e território. As transformações nos padrões de consumo, nos modos de produção e nas formas de sociabilidade expressam a incorporação do rural à racionalidade urbana-industrial dominante, marcada pela mercantilização crescente da vida social.

A análise da relação entre campo e cidade, à luz de Marx, Lefebvre e autores contemporâneos, revela que essa divisão não constitui uma simples diferenciação espacial, mas um princípio organizador da sociedade capitalista. Ela estrutura hierarquias de poder, distribui funções sociais e orienta processos de subjetivação. A urbanização do campo, a migração, a mecanização e a globalização reconfiguram profundamente as identidades rurais, produzindo tensões entre permanência e mudança, tradição e modernização, autonomia e subordinação. Compreender essas dinâmicas exige uma abordagem crítica que reconheça o rural como espaço vivo, plural e historicamente situado, cuja transformação não pode ser analisada dissociada das contradições mais amplas do desenvolvimento capitalista.

MOTIVAÇÕES POR TRÁS DO CONSUMO URBANO NO CAMPO

O consumo de bens e valores urbanos por residentes em áreas rurais tem se tornado uma realidade cada vez mais comum em muitas partes do mundo. Este fenômeno desafia a concepção tradicional de uma clara divisão entre o urbano e o rural, destacando a complexidade das interações sociais e culturais no mundo contemporâneo.

Pode-se dizer que o ‘consumismo’ é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, ‘neutros quanto ao regime’, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação social, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais (Bauman, 2008, p. 41).

Um dos principais impulsionadores do consumo urbano no campo são os fatores sociais, incluindo o desejo de status e prestígio associado ao consumo de bens urbanos. Em muitos casos, o acesso a esses produtos é percebido como um símbolo de sucesso e integração à sociedade moderna. Além disso, a influência dos pares desempenha um papel significativo, com indivíduos sendo motivados a adotar comportamentos de consumo semelhantes aos de suas redes sociais (Dal Bello, 2012).

Aspectos econômicos também desempenham um papel importante nas motivações por trás do consumo urbano no campo. O aumento da disponibilidade de produtos e serviços urbanos em áreas rurais pode ser atribuído ao desenvolvimento econômico e à melhoria da infraestrutura. Além disso, o acesso a crédito e a renda disponível também influenciam as decisões de consumo, permitindo que os residentes em áreas rurais adquiram bens e serviços anteriormente indisponíveis em seus contextos locais.

As áreas rurais, assim como o ambiente urbano, são associadas a funções que enfatizam as características residenciais, produtivas e patrimoniais. É importante lembrar que a realização dessas funções é importante não apenas para a população rural, mas também para os serviços que a população rural oferece à sociedade como um todo. Isso



ajuda a entender como o campo e a cidade funcionam juntas, com disparidades e descontinuidades que não significam desequilíbrios, mas sim relações de complementaridade do ponto de vista teórico. As funções recíprocas são alimentadas e trocadas por meio dessas relações (Wanderley, 2009).

A disseminação da cultura urbana através da mídia e da tecnologia exerce uma influência significativa sobre as motivações por trás do consumo urbano no campo. Através da televisão, da internet e das redes sociais, os residentes em áreas rurais são expostos a estilos de vida urbanos e padrões de consumo, que muitas vezes são percebidos como desejáveis e aspiracionais. Como resultado, o consumo de bens e valores urbanos pode ser visto como uma forma de se alinhar com ideais culturais urbanos e se distanciar de estereótipos associados à vida rural.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS COM A URBANIZAÇÃO DO CAMPO

A urbanização do campo constitui um processo multifacetado que transcende a mera transformação física do território, incidindo de maneira decisiva sobre as estruturas sociais, econômicas e culturais das comunidades rurais. Entre as mudanças mais visíveis encontra-se a reconfiguração das formas de sociabilidade e das hierarquias internas que historicamente organizaram o mundo rural. O influxo de novos residentes, frequentemente oriundos de centros urbanos, introduz padrões diferenciados de comportamento, expectativas de consumo, concepções de propriedade e modelos de organização comunitária. Esse encontro entre racionalidades distintas produz tensões, negociações e rearranjos institucionais, alterando o equilíbrio tradicional das relações familiares, das redes de vizinhança e das formas de cooperação solidária.

A presença de sujeitos portadores de valores urbanos tende a deslocar referências normativas consolidadas, redefinindo critérios de prestígio social, autoridade e pertencimento. O capital cultural e econômico trazido por esses novos atores pode gerar assimetrias internas, intensificando processos de estratificação social no interior do espaço rural. Simultaneamente, emergem novas modalidades associativas, organizações não governamentais, coletivos culturais, associações de moradores voltadas a interesses específicos, que coexistem ou competem com formas tradicionais de organização, como cooperativas agrícolas e associações comunitárias históricas. A identidade comunitária, nesse contexto, deixa de ser ancorada exclusivamente na tradição agrária e passa a ser constantemente renegociada em um cenário de pluralização de referências e disputas simbólicas.

No plano econômico, a urbanização do campo implica transformações estruturais na base produtiva local. A consolidação de pequenos centros urbanos em áreas rurais amplia o espectro de oportunidades ocupacionais, favorecendo a expansão de setores não agrícolas, como comércio, serviços, construção civil e atividades vinculadas ao turismo e ao lazer. Essa diversificação econômica pode representar um vetor de dinamização territorial, reduzindo a dependência exclusiva da agricultura e criando alternativas de renda para diferentes segmentos da população.

Entretanto, tal reestruturação não ocorre de forma isenta de conflitos. O aumento da demanda por terra para fins residenciais, comerciais ou turísticos intensifica a valorização imobiliária, pressionando os sistemas produtivos tradicionais e alterando a estrutura fundiária. Conforme destaca Wanderley (2009), essas dinâmicas podem conduzir a uma reconfiguração da economia rural, na qual a agricultura deixa de ocupar posição central ou passa a ser subordinada a lógicas externas de mercado e especulação. Pequenos produtores podem enfrentar dificuldades para manter suas atividades diante da



elevação dos custos da terra e da concorrência com usos urbanos mais rentáveis. Assim, a urbanização do campo, ao mesmo tempo que diversifica a economia, pode fragilizar os meios de subsistência tradicionais e aprofundar desigualdades socioeconômicas.

Além das dimensões sociais e econômicas, as paisagens culturais das áreas rurais encontram-se em permanente transformação sob o impacto da urbanização. A difusão de tecnologias de comunicação, a intensificação dos fluxos migratórios e a ampliação do acesso a bens simbólicos urbanos contribuem para a circulação acelerada de valores, linguagens e estilos de vida. Esse processo pode favorecer a homogeneização cultural, diluindo especificidades locais em favor de padrões globais de consumo e sociabilidade. Festividades tradicionais, práticas religiosas, saberes agrícolas e formas de expressão artística podem perder centralidade diante da predominância de referências midiáticas e mercadológicas.

Paradoxalmente, contudo, a mesma dinâmica que promove a padronização cultural pode estimular movimentos de revalorização identitária. Diante das pressões homogeneizantes, comunidades rurais podem mobilizar seu patrimônio cultural como estratégia de afirmação e diferenciação. A memória coletiva, as práticas culinárias, as festas populares e os conhecimentos tradicionais passam a ser reinterpretados como recursos simbólicos e econômicos, sobretudo quando articulados a iniciativas de turismo cultural ou de certificação de produtos locais. Nesse sentido, a urbanização do campo não conduz necessariamente à dissolução das identidades rurais; ela pode, ao contrário, catalisar processos de reinvenção e ressignificação cultural.

O destino do patrimônio cultural e dos modos de vida tradicionais depende, portanto, da forma como as comunidades respondem às pressões e oportunidades geradas pela urbanização. Em contextos marcados por forte organização social e políticas públicas inclusivas, a transformação pode ocorrer de maneira negociada, preservando elementos essenciais da identidade rural ao mesmo tempo em que incorpora inovações. Em situações de fragilidade institucional e desigualdade acentuada, entretanto, a urbanização tende a produzir processos de descaracterização, mercantilização excessiva do território e ruptura das continuidades históricas.

Assim, a urbanização do campo deve ser analisada como fenômeno ambivalente e contraditório. Ela reestrutura as bases sociais, dinamiza economias locais e redefine paisagens culturais, mas também introduz tensões, desigualdades e riscos de perda identitária. Compreender essa complexidade exige uma abordagem crítica capaz de articular as dimensões materiais e simbólicas do território, reconhecendo que o espaço rural contemporâneo não é mera periferia do urbano, mas arena ativa de disputas, negociações e reinvenções sociais.

A CULTURA DO CONSUMISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS ESTRUTURAS SOCIAIS DO CAMPO

A consolidação da cultura do consumismo no espaço rural deve ser compreendida como um desdobramento direto da expansão da racionalidade urbana-industrial e mercantil sobre os modos de vida tradicionalmente associados ao campo. Esse processo não se limita à incorporação de novos bens materiais, mas implica uma profunda reconfiguração das formas de sociabilidade, das referências identitárias e das relações de trabalho. Ao privilegiar o consumo como principal mediador das relações sociais, o capitalismo contemporâneo estimula a individualização dos sujeitos, enfraquecendo vínculos comunitários historicamente baseados na cooperação, na reciprocidade e na solidariedade.



Nesse contexto, a centralidade do consumo como critério de reconhecimento social tende a substituir valores coletivos por lógicas competitivas, nas quais o prestígio passa a ser medido pela capacidade de aquisição de bens e pela adesão a estilos de vida padronizados. O senso de pertencimento comunitário, anteriormente sustentado por práticas compartilhadas, festividades locais, redes de ajuda mútua e experiências intergeracionais, é progressivamente fragilizado pela ênfase no individualismo possessivo. A comunidade deixa de ser percebida como espaço de construção coletiva da vida social e passa a ser vivenciada como somatório de trajetórias individuais orientadas pelo mercado.

Paralelamente, observa-se uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo, impulsionada pela indústria cultural, pelos meios de comunicação de massa e pelas plataformas digitais. A valorização de produtos industrializados, marcas globais e bens padronizados contribui para a erosão da diversidade cultural das comunidades rurais. Costumes, saberes tradicionais, práticas alimentares, formas de produção artesanal e sistemas simbólicos locais são progressivamente deslegitimados, sendo frequentemente associados ao atraso ou à obsolescência. Em seu lugar, consolida-se uma cultura do consumo que privilegia a novidade, a descartabilidade e a rápida obsolescência dos objetos.

Essa dinâmica impacta diretamente as condições de trabalho e de reprodução social no campo. A busca incessante por bens de consumo, estimulada por estratégias publicitárias agressivas, frequentemente conduz ao endividamento das famílias rurais e à intensificação da exploração laboral. Para manter padrões de consumo impostos externamente, muitos trabalhadores passam a aceitar jornadas extenuantes, contratos precários e relações desiguais com intermediários e atravessadores. Esse processo é agravado pela insuficiência de políticas públicas consistentes de apoio à agricultura familiar, ao cooperativismo e às economias solidárias, o que limita alternativas ao modelo dominante de inserção mercantil.

A influência da cultura urbana sobre o meio rural manifesta-se, de modo particularmente significativo, na transformação dos hábitos alimentares. A difusão massiva de produtos ultraprocessados, associados a discursos de praticidade, status e modernidade, promove a substituição progressiva de alimentos frescos, locais e diversificados por mercadorias industrializadas de baixo valor nutricional. A exposição constante à publicidade cria um imaginário no qual o consumo desses produtos é associado à felicidade, ao sucesso e à integração ao mundo moderno. Como consequência, observa-se o aumento de problemas de saúde anteriormente pouco frequentes no meio rural, como obesidade, doenças cardiovasculares, hipertensão e diabetes, revelando a dimensão biopolítica do consumo contemporâneo.

No plano cultural, a penetração dos valores urbanos contribui para a diluição de costumes, rituais e tradições locais. O contato permanente com modelos de vida metropolitanos, difundidos por meios digitais e redes sociais, induz à desvalorização das referências culturais próprias do campo. Práticas agrícolas tradicionais, formas de organização familiar ampliada, narrativas orais, festividades populares e expressões artísticas locais tendem a ser substituídas por padrões culturais globalizados. Esse deslocamento simbólico enfraquece os laços intergeracionais e compromete a transmissão de conhecimentos fundamentais para a preservação ambiental e para a sustentabilidade dos territórios.

As transformações nos padrões de consumo e nas práticas culturais geram, ainda, impactos socioambientais expressivos. O aumento do consumo de produtos industrializados implica maior geração de resíduos sólidos, embalagens plásticas e materiais não biodegradáveis, intensificando processos de poluição do solo, da água e da



paisagem rural. Em contextos marcados por infraestrutura precária de coleta e tratamento de resíduos, esses impactos tornam-se ainda mais graves, afetando diretamente a saúde das populações locais e a qualidade dos ecossistemas.

Os resíduos configuram, nesse sentido, uma das expressões mais evidentes e problemáticas da sociedade de consumo. A lógica do consumo imediato, orientada pela satisfação instantânea do desejo, tende a invisibilizar os custos ambientais associados à produção, ao transporte, ao uso e ao descarte das mercadorias. A embalagem, o invólucro e os materiais artificiais que acompanham os produtos são frequentemente naturalizados como elementos secundários, quando, na realidade, constituem parte central do problema ecológico contemporâneo. Forma-se, assim, um culto simultâneo ao objeto e à estética da mercadoria, no qual até mesmo o descarte assume valor simbólico.

Nesse contexto, a análise de Bauman (2001), sobre a modernidade líquida revela-se particularmente pertinente. A fluidez das relações sociais, a instabilidade dos vínculos e a rápida substituição de bens e valores produzem um volume de resíduos cuja gestão se torna cada vez mais inviável. A lógica da descartabilidade, inerente ao consumo contemporâneo, supera a capacidade técnica, econômica e política de reciclagem e reaproveitamento. Ainda que existam políticas públicas e tecnologias avançadas nesse campo, seus efeitos permanecem limitados diante da escala global da produção e do consumo.

Além disso, os benefícios econômicos da cadeia produtiva são distribuídos de maneira profundamente desigual, enquanto os custos ambientais e sociais recaem, de forma desproporcional, sobre populações vulneráveis, frequentemente localizadas em territórios rurais e periféricos. Essa assimetria evidencia o caráter estruturalmente injusto do modelo de desenvolvimento baseado no consumo ilimitado. Conforme indicam Costa (2018), a superação desse paradigma exige transformações profundas nas formas de educação, produção e organização social.

Nesse sentido, a educação ambiental emerge como instrumento estratégico para a construção de alternativas ao “consumo por consumo”. Trata-se não apenas de transmitir informações sobre preservação ambiental, mas de promover uma formação crítica capaz de questionar os fundamentos culturais, econômicos e políticos da sociedade de consumo. A incorporação da educação ambiental em todos os níveis de ensino constitui condição necessária para a construção de uma cidadania ecológica, comprometida com a justiça social e a sustentabilidade.

Todavia, a efetivação desse projeto enfrenta obstáculos estruturais significativos. A precariedade dos sistemas educacionais, a persistência das desigualdades sociais, a hegemonia dos interesses econômicos e a fragilidade das políticas públicas limitam o alcance das iniciativas formativas. Ademais, em contextos marcados por carências básicas, como acesso à educação, saúde e renda, a preocupação ambiental tende a ser secundarizada frente às demandas imediatas de sobrevivência.

Em síntese, a difusão da cultura do consumismo no meio rural constitui um processo profundamente contraditório. Ao mesmo tempo em que amplia o acesso a bens e serviços, ela intensifica a individualização, fragiliza identidades coletivas, precariza o trabalho, compromete a saúde pública e aprofunda a degradação ambiental. A análise crítica desse fenômeno revela que a transformação dos modos de vida no campo não pode ser dissociada das dinâmicas estruturais do capitalismo contemporâneo. Enfrentar seus efeitos exige não apenas mudanças comportamentais individuais, mas a construção de projetos coletivos capazes de articular justiça social, soberania cultural e sustentabilidade ambiental.



O EFEITO DA POBREZA URBANA SOBRE AS COMUNIDADES RURAIS

O êxodo rural constitui uma das expressões mais visíveis e estruturalmente significativas das interações assimétricas entre pobreza urbana e fragilidade socioeconômica no meio rural. Longe de representar apenas uma decisão individual orientada pela busca de melhores oportunidades, esse deslocamento populacional deve ser compreendido como resultado de processos históricos de concentração de renda, centralização dos investimentos públicos e privados e desigual distribuição territorial das infraestruturas produtivas e sociais. A migração do campo para a cidade expressa, assim, a incapacidade estrutural de amplos segmentos do espaço rural em garantir condições dignas de reprodução da vida, inserindo-se em uma dinâmica mais ampla de marginalização territorial.

À medida que contingentes crescentes da população rural se deslocam para os centros urbanos, observa-se o esvaziamento progressivo das comunidades de origem, acompanhado pela redução da força de trabalho, pelo enfraquecimento das redes de solidariedade e pela diminuição da capacidade produtiva local. Esse processo compromete a sustentabilidade econômica e social dos territórios rurais, intensificando ciclos de empobrecimento e dependência. Simultaneamente, o crescimento populacional urbano amplia a pressão sobre recursos naturais estratégicos, como água, alimentos e energia, cuja produção depende, em grande medida, dos espaços rurais. Dessa forma, estabelece-se uma relação paradoxal: ao mesmo tempo em que o campo perde população e vitalidade econômica, torna-se cada vez mais subordinado às demandas ampliadas das cidades.

A migração sazonal de trabalhadores rurais para áreas urbanas em busca de ocupações temporárias constitui outra dimensão relevante dessa problemática. Essa mobilidade pendular, frequentemente associada a empregos informais e precários, reflete a instabilidade estrutural dos mercados de trabalho tanto rurais quanto urbanos. No campo, a ausência temporária de trabalhadores compromete a continuidade das atividades produtivas, afeta a organização familiar e fragiliza os sistemas locais de produção. Nas cidades, por sua vez, o influxo periódico de mão de obra intensifica a competição por empregos, pressiona os serviços públicos e contribui para a expansão de formas de trabalho precarizadas.

Além disso, a concentração de riqueza, investimentos e oportunidades nas grandes metrópoles reforça padrões persistentes de desigualdade regional. O desenvolvimento urbano tende a ocorrer de forma seletiva, privilegiando determinados polos econômicos em detrimento de vastas áreas rurais e de cidades médias e pequenas. Essa lógica espacialmente desigual do crescimento aprofunda disparidades territoriais, produzindo um cenário no qual centros urbanos altamente dinâmicos coexistem com regiões marcadas por estagnação econômica, precariedade infraestrutural e exclusão social. A pobreza urbana, nesse contexto, não se configura como fenômeno isolado, mas como parte de um sistema mais amplo de reprodução das desigualdades socioespaciais.

Os agricultores familiares inserem-se de modo particularmente vulnerável nesse arranjo. Dependentes, em grande medida, dos mercados urbanos para a comercialização de seus produtos, esses produtores encontram-se fortemente expostos às oscilações da renda e do poder de compra da população citadina. Em contextos de crise econômica, desemprego e precarização do trabalho urbano, a retração do consumo afeta diretamente a demanda por produtos agrícolas, reduzindo a renda dos agricultores e comprometendo sua capacidade de investimento e reprodução produtiva. Essa interdependência revela a fragilidade estrutural dos circuitos curtos e médios de comercialização, frequentemente desprovidos de mecanismos institucionais de proteção e regulação.



A redução da renda rural, por sua vez, retroalimenta os processos migratórios, reforçando ciclos de empobrecimento e mobilidade forçada. Jovens e adultos em idade produtiva, diante da instabilidade econômica, tendem a buscar alternativas fora de suas comunidades, aprofundando o esvaziamento demográfico e a descontinuidade geracional. A agricultura familiar, privada de sucessão e apoio sistemático, enfrenta dificuldades crescentes para se manter como base sustentável de desenvolvimento territorial.

Diante desse quadro, torna-se evidente a insuficiência de políticas fragmentadas e setoriais para enfrentar os desafios associados à pobreza urbana e rural. A complexidade das interações entre campo e cidade exige abordagens integradas, capazes de articular desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental. Tais estratégias devem reconhecer a interdependência estrutural entre os territórios, promovendo investimentos equilibrados em infraestrutura, educação, saúde, transporte, tecnologia e acesso a mercados.

A proteção dos recursos naturais constitui, nesse contexto, elemento central, uma vez que a degradação ambiental compromete simultaneamente a produção rural e a qualidade de vida urbana. Do mesmo modo, políticas de crescimento econômico inclusivo devem priorizar a geração de trabalho digno, o fortalecimento da agricultura familiar, o estímulo às economias locais e a valorização das cadeias produtivas regionais. A ampliação do acesso equitativo a serviços básicos representa condição indispensável para a redução das assimetrias territoriais e para a contenção dos fluxos migratórios compulsórios.

Adicionalmente, o enfrentamento das desigualdades socioespaciais requer a construção de espaços permanentes de diálogo e cooperação entre diferentes atores sociais. Comunidades locais, organizações da sociedade civil, setor privado, universidades e governos municipais, estaduais e federais devem atuar de forma articulada na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas territorializadas. A participação social e o fortalecimento das instâncias de governança local são fundamentais para assegurar que as estratégias de desenvolvimento reflitam as necessidades e potencialidades dos territórios.

O êxodo rural, a migração sazonal, a vulnerabilidade da agricultura familiar e as disparidades regionais constituem manifestações interligadas de um mesmo processo estrutural de produção da pobreza e da desigualdade socioespacial. A pobreza urbana não apenas atrai populações rurais em busca de alternativas, mas também retroage sobre o campo, fragilizando suas bases econômicas e sociais. Compreender essas dinâmicas exige superar abordagens dicotômicas e reconhecer a unidade contraditória entre urbano e rural. A construção de um desenvolvimento territorial equilibrado, inclusivo e sustentável depende, assim, da articulação entre políticas integradas, participação social e compromisso público com a redução das desigualdades históricas.

O TRÁFICO

O tráfico de drogas é um fato que afeta diversas camadas da sociedade, incluindo a juventude rural. Embora muitas vezes associado predominantemente a áreas urbanas, o tráfico de drogas também tem ramificações significativas em comunidades rurais, onde pode operar de maneiras diferentes, mas igualmente prejudiciais.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE), em 2015, 5,8% dos alunos do 9º ano, com idades entre 13 e 15 anos, informaram ter recebido uma oferta de venda de drogas (PENSE, 2015). Em 2019, esse número aumentou para 6,4%. Essa preocupação é corroborada por dados de fontes externas, como o UNICEF e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A Fiocruz estima que cerca de 250 mil jovens no



Brasil estejam envolvidos no tráfico de drogas (Fiocruz, 2019), enquanto o UNICEF afirma que aproximadamente 30% dos jovens internados por medidas socioeducativas estão relacionados ao tráfico de drogas (UNODC, 2019).

Segundo a UNICEF, existem vários fatores de risco que afetam o envolvimento de jovens no tráfico de droga. Como os jovens em situações de vulnerabilidade social e econômica são mais propensos ao recrutamento pelo tráfico, a pobreza emerge como um fator importante. Além disso, é mais provável que os jovens se envolvam nessas atividades ilegais devido à falta de oportunidades, como acesso limitado à educação, trabalho e atividades de lazer. A exposição à violência em casa ou na comunidade também é mencionada como um fator que aumenta a probabilidade de ser contratado pelo tráfico (UNODC, 2023).

O Relatório Mundial sobre Drogas de 2023, publicado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), mostra um aumento substancial no consumo de drogas nos últimos dez anos em comparação com o período anterior. O estudo afirma que, nos últimos dez anos, houve um aumento de 23 por cento no número de indivíduos que abusaram de drogas. O relatório também revelou dados preocupantes sobre o aumento dos transtornos relacionados ao uso de drogas; A quantidade de pessoas afetadas chegou a 39,5 milhões, um aumento de 45% no mesmo período.

Um dos principais impulsionadores do envolvimento da juventude rural no tráfico de drogas é a falta de alternativas viáveis. Com poucas oportunidades educacionais e de emprego disponíveis em suas comunidades, alguns jovens podem ver o tráfico de drogas como uma maneira rápida de ganhar dinheiro ou escapar da pobreza. Além disso, a falta de vigilância e a sensação de anonimato em áreas rurais podem facilitar o estabelecimento de operações de tráfico de drogas sem a detecção imediata das autoridades.

A mídia também desempenha um papel na percepção da juventude rural sobre o tráfico de drogas. A romantização de estilos de vida associados ao crime e ao consumo de drogas em filmes, músicas e outras formas de entretenimento pode influenciar os jovens a se envolverem nessas atividades, buscando uma identidade ou um senso de pertencimento. Ainda, as redes sociais e a tecnologia facilitaram a disseminação de informações sobre drogas e o recrutamento de jovens para o tráfico. Através de plataformas online, traficantes podem recrutar jovens e fornecer-lhes acesso a drogas de forma mais eficiente do que nunca (Couto, 2020).

Segundo Rodrigue (2021), o estilo de vida e o consumo das grandes cidades exercem uma influência significativa sobre a juventude rural, muitas vezes contribuindo para o seu envolvimento no tráfico de drogas. Os jovens que vivem em áreas rurais podem ser especialmente suscetíveis a essas influências por várias razões.

As condições socioeconômicas da América Latina nesse cenário são perpassadas pela pobreza, que se torna variável fundamental para a investigação. Um olhar atento ao contexto deve envolver a história, a cultura, a geografia, o território e a população, norteando onde o consumo de determinada substância entra na investigação e quais aspectos existem nessas relações (Rodrigue, 2021, p.16).

As pressões dos pares também desempenham um papel importante. Os jovens podem sentir-se pressionados pelos amigos e colegas para se envolverem no consumo de drogas como uma forma de se integrarem ou se destacarem socialmente. Aqueles que retornam às comunidades rurais após passarem algum tempo na cidade podem trazer consigo essas influências e pressões. A falta de oportunidades de emprego e o isolamento



geográfico em áreas rurais podem levar os jovens a se sentirem desiludidos e desencorajados em relação ao futuro. Eles podem ver o tráfico de drogas como uma maneira de escapar da monotonia e da falta de perspectivas em suas comunidades.

O abandono das atividades rurais, como o trabalho no campo, tem sido uma realidade em muitas comunidades rurais ao redor do mundo. Vários fatores têm contribuído para esse fenômeno, incluindo a mecanização da agricultura, a migração para áreas urbanas em busca de oportunidades de emprego e a falta de políticas de apoio ao desenvolvimento rural. À medida que as oportunidades de emprego no campo diminuem e as famílias rurais enfrentam dificuldades econômicas, os jovens muitas vezes buscam alternativas para garantir sua subsistência e realizar seus sonhos de uma vida melhor. Infelizmente, em algumas áreas, uma dessas alternativas tem sido o envolvimento no tráfico de drogas (Couto, 2020).

O aliciamento para o tráfico de drogas pode ocorrer de várias maneiras. Em algumas comunidades rurais, traficantes de drogas aproveitam a vulnerabilidade econômica dos jovens oferecendo-lhes oportunidades aparentemente lucrativas de ganhar dinheiro rápido. Esses jovens podem ser atraídos pela promessa de ganhos financeiros substanciais em comparação com as escassas oportunidades disponíveis no campo. Além do mais, em áreas onde o tráfico de drogas está enraizado, os traficantes muitas vezes recrutam jovens locais como parte de suas redes de distribuição. Eles podem explorar laços familiares ou conexões sociais para recrutar jovens que estejam familiarizados com a área e possam operar discretamente.

A falta de supervisão e orientação adequadas também pode tornar os jovens mais suscetíveis ao aliciamento para o tráfico de drogas. Em muitas comunidades rurais, a presença de autoridades policiais pode ser limitada, permitindo que o tráfico de drogas opere com relativa impunidade. Isso pode facilitar o recrutamento de jovens sem que eles enfrentem consequências imediatas por suas atividades ilícitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao fim desta reflexão não significa encerrar o tema, mas reconhecer que ele permanece aberto, atravessando o cotidiano de inúmeras comunidades rurais que, silenciosamente ou de modo explícito, vivem a experiência de um campo em transformação contínua. O consumo de bens e valores urbanos por trabalhadores rurais não é um detalhe periférico do processo de urbanização do campo: ele é, muitas vezes, um dos seus termômetros mais sensíveis. É nele que se tornam visíveis os deslocamentos de desejo, as pressões econômicas, as mutações culturais, as promessas de pertencimento e, ao mesmo tempo, as feridas deixadas pela desigualdade territorial. Falar sobre esse consumo é falar sobre o modo como o capitalismo contemporâneo reorganiza a vida, redefinindo o que se entende por “necessidade”, “bem-estar”, “progresso” e “dignidade”.

Ao longo do texto, tornou-se evidente que a urbanização do campo não pode ser reduzida à presença de infraestrutura, à ampliação de estradas, à chegada de serviços ou à maior conectividade digital. Ainda que essas dimensões sejam importantes, elas são apenas uma camada de um fenômeno muito mais profundo: a reconfiguração das relações sociais, das formas de trabalho, dos regimes de tempo, das referências simbólicas e das expectativas de futuro. A urbanização, quando invade o campo, não chega apenas como cimento, comércio e internet; chega também como linguagem, como ideal de vida, como estética, como moral, como padrão de consumo. E, nesse ponto, o consumo deixa de ser um ato individual e se torna uma chave de leitura para a produção de subjetividades e de desigualdades.



É indispensável, portanto, compreender que o trabalhador rural que consome bens urbanos não o faz apenas por “imitação” ou “moda”. Há, frequentemente, uma dimensão de busca por reconhecimento social: consumir pode significar, para muitos, estar incluído no mundo, não ser reduzido ao estigma do “atraso”, afirmar uma certa respeitabilidade diante dos outros e diante de si. O consumo pode representar também uma tentativa de aliviar o peso de uma vida marcada por trabalho duro, pouca proteção social e instabilidade econômica. Pode ser desejo de conforto, de praticidade, de acesso a tecnologias que simplificam tarefas cotidianas. Pode ser, ainda, um gesto de cuidado com a família, “dar o que não tive”, “garantir o melhor para os filhos”. Essas camadas humanas não podem ser ignoradas, porque nelas reside a complexidade do fenômeno: não se trata de condenar moralmente o consumo, mas de compreender as forças que o tornam tão central e, ao mesmo tempo, tão perigoso quando se converte em norma de vida e medida de valor humano.

Ao mesmo tempo, é justamente por carregar essa dimensão simbólica e afetiva que o consumo se torna um dispositivo potente de reestruturação social. Quando certos bens urbanos passam a ser percebidos como indispensáveis, não apenas por utilidade, mas por status, instauram-se novas hierarquias dentro das comunidades. Quem tem acesso a determinados produtos, marcas, estilos ou tecnologias tende a ser reconhecido de modo distinto de quem não tem. Cria-se uma gramática de distinção no interior do campo, muitas vezes intensificando desigualdades preexistentes. Assim, a urbanização do campo pode produzir não apenas uma aproximação entre rural e urbano, mas também uma reorganização interna do rural, criando camadas sociais mais visíveis, novas formas de exclusão e, em certos casos, novas modalidades de humilhação cotidiana.

Esse processo se agrava quando o consumo se associa ao endividamento. A expansão do crédito, dos parcelamentos, dos financiamentos e das compras mediadas por aplicativos transforma o consumo em promessa acessível, porém, frequentemente, a um custo alto. Em comunidades rurais marcadas por renda instável, sazonalidade do trabalho e baixa proteção social, o endividamento pode se converter em mecanismo de captura: a pessoa trabalha mais, aceita condições piores, se submete a intermediários e atravessadores, tolera jornadas maiores, tudo para sustentar padrões de consumo que passaram a significar pertencimento e “normalidade”. O resultado é paradoxal: aquilo que deveria ampliar a vida, acesso a bens e serviços, pode se tornar um mecanismo de restrição, ansiedade e vulnerabilidade.

Além disso, a ampliação do consumo de produtos industrializados, especialmente alimentos ultraprocessados, desloca dimensões fundamentais da saúde e da soberania alimentar. A substituição de práticas alimentares tradicionais por mercadorias padronizadas não é apenas uma mudança de cardápio; é uma alteração na relação com o território, com o cultivo, com a temporalidade do preparo, com a partilha comunitária e com o conhecimento transmitido de geração em geração. Quando o alimento deixa de ser também cultura e passa a ser apenas mercadoria, não se perde apenas “um jeito de cozinhar”: perde-se uma forma de existir. E isso tem efeitos concretos, adoecimento, aumento de doenças crônicas, fragilidade nutricional, que atingem diretamente os corpos do campo, muitas vezes sem que os sistemas de saúde estejam preparados para responder a essa nova configuração.

No plano cultural e identitário, a influência urbana, acelerada pela mídia e pelas redes digitais, pode produzir uma espécie de deslocamento silencioso: tradições passam a ser percebidas como coisa menor, saberes locais como pouco úteis, práticas comunitárias como atraso. O risco aqui não é apenas a “perda de identidade” como categoria abstrata; é a erosão de uma base simbólica que sustenta a autoestima coletiva e a continuidade intergeracional. Quando o jovem não se reconhece na cultura de sua



comunidade, quando a vida rural é narrada apenas como insuficiência, quando as referências de prestígio vêm sempre de fora, a migração deixa de ser apenas econômica e passa a ser também imaginária: migra-se antes mesmo de sair, porque já não se habita plenamente o lugar. Esse é um dos efeitos mais profundos da urbanização do campo quando conduzida sob lógica assimétrica: ela pode produzir o esvaziamento do sentido, um afastamento afetivo do território, como se o campo fosse apenas um lugar de passagem.

Contudo, seria igualmente impreciso afirmar que a urbanização e o consumo conduzem, inevitavelmente, à homogeneização cultural completa. A realidade é mais contraditória. Em muitos territórios, as pressões urbanas produzem, paradoxalmente, movimentos de reafirmação identitária: festas tradicionais ganham novo valor, produtos locais passam a ser reconhecidos como patrimônio, saberes agrícolas e culinários podem ser ressignificados, e o campo pode reinventar sua relação com o mundo a partir de suas próprias forças. O que define o rumo dessas transformações não é um determinismo tecnológico, mas a correlação de forças sociais: organização comunitária, políticas públicas, acesso à educação crítica, presença de instituições comprometidas com o território, fortalecimento da agricultura familiar, proteção ambiental e possibilidade de participação real nas decisões sobre o uso do solo e sobre os rumos do desenvolvimento.

Nesse ponto, é decisivo afirmar: o campo não pode ser tratado como simples “fornecedor” do urbano, fornecedor de alimento, água, energia, paisagem para turismo e mão de obra para serviços precarizados. Quando o rural é reduzido a função, sua vida é subordinada. E é essa subordinação que torna o consumo urbano tão sedutor e, ao mesmo tempo, tão colonizador: ele oferece símbolos de pertencimento a um mundo que, estruturalmente, tende a negar direitos a quem vive fora de seus centros. Por isso, discutir consumo urbano no campo é também discutir cidadania territorial: quem tem acesso a políticas públicas, quem tem infraestrutura, quem decide sobre o território, quem define o que vale e o que não vale.

Uma abordagem verdadeiramente sustentável e justa precisa, portanto, deslocar a pergunta. Não basta perguntar “como reduzir os impactos do consumo?”; é necessário perguntar: que modelo de desenvolvimento está empurrando o consumo para se tornar uma obrigação? Que tipo de desigualdade faz com que a dignidade pareça depender de bens industrializados? Por que a vida no campo, em tantos casos, precisa ser “compensada” por símbolos urbanos? Esse deslocamento é importante porque evita que a responsabilidade recaia apenas sobre indivíduos e famílias, como se o problema fosse “consumir demais”, e recoloca a questão no nível estrutural: produção de necessidades, captura do desejo, desigualdade regional, fragilidade da agricultura familiar, precarização do trabalho, concentração fundiária, ausência de políticas de permanência no campo e subfinanciamento de sistemas públicos.

Nesse cenário, políticas públicas integradas tornam-se indispensáveis. Elas não podem ser meras medidas pontuais ou programas descontinuados; precisam atuar sobre as condições materiais que sustentam a permanência digna no território. Fortalecer a agricultura familiar não é apenas “incentivar produção”; é garantir crédito justo, assistência técnica contínua, segurança de comercialização, programas de compras públicas, infraestrutura de armazenamento, transporte e acesso a mercados. Proteger a cultura local não é apenas “celebrar tradições”; é promover educação contextualizada, apoio a iniciativas culturais comunitárias, valorização de saberes e reconhecimento do patrimônio imaterial. Garantir sustentabilidade ambiental não é apenas “ensinar reciclagem”; é estruturar gestão de resíduos, saneamento, proteção de mananciais, fiscalização do uso do solo e incentivo a práticas agroecológicas.



Além disso, é essencial reconhecer o papel estratégico da educação, não como discurso moralizante, mas como prática de formação crítica. A educação ambiental, mencionada no texto, precisa ser entendida para além de campanhas de conscientização. Ela deve incluir a capacidade de ler criticamente a sociedade de consumo, compreender o ciclo completo das mercadorias (produção, distribuição, descarte), identificar as desigualdades ambientais e perceber como o território é afetado por escolhas econômicas e políticas. Mas essa educação só ganha força quando articulada a condições concretas de vida: não se pode exigir escolhas sustentáveis de comunidades às quais faltam renda estável, serviços públicos, alternativas de consumo e infraestrutura básica.

Aqui, também é inevitável admitir os obstáculos: a sociedade contemporânea produz necessidades a uma velocidade superior à capacidade de reflexão, e o mercado opera como uma máquina de fabricar desejos. Em um país marcado por desigualdades históricas, pedir “menos consumo” sem enfrentar a precariedade pode soar como privilégio. Por isso, a crítica ao consumismo precisa ser acompanhada de uma crítica às estruturas que fazem do consumo o principal caminho de inclusão simbólica. Somente assim a reflexão se torna justa e, sobretudo, humana.

Por fim, se há algo que este tema insiste em nos lembrar, é que o campo não é um espaço “à parte”, um resíduo do passado. Ele é território vivo, onde se decide parte significativa do futuro: a alimentação, a água, a biodiversidade, a cultura e os modos de coexistência. Preservar raízes e tradições rurais não significa congelá-las, mas permitir que elas continuem existindo com dignidade, em diálogo com o presente, sem se tornar reféns de uma modernização que promete muito e devolve pouco. O desafio é construir um campo que possa escolher, e não apenas se adaptar; um campo que possa acessar tecnologias e bens sem perder autonomia; um campo que possa se modernizar sem ser colonizado; um campo onde o consumo não substitua o sentido.

Em última instância, falar do consumo urbano no campo é falar de justiça: justiça territorial, justiça cultural, justiça ambiental e justiça social. É reconhecer que nenhuma comunidade deveria precisar abandonar sua forma de vida para ser respeitada. É afirmar que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por mercadorias circulando, mas por vidas que florescem, com tempo, vínculo, saúde, memória, pertencimento e futuro. E é nesse horizonte, crítico e sensível, que estas considerações finais se colocam: como convite à responsabilidade coletiva e, ao mesmo tempo, como gesto de cuidado com aquilo que, no campo, ainda resiste e reinventa a vida apesar de todas as pressões.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliseu et al. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola*, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/61/50>>. Acesso 23/02/2026
- ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 27, n. 72, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23/02/2026
- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Editora Vozes Limitada, 2017.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes 5ª edição. 1 janeiro 2011.
- AZEVEDO, Daniela João Gonçalves de. *Tráfico de droga pela internet: tentativa de enquadramento jurídico*. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/44553/1/Daniela%20Jo%C3%A3o%20Gon%C3%A7alves%20de%20Azevedo.pdf>>. Acesso em: 23/02/2026
- BAUMAN, Zygm Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygm Zygmunt. *Vida para o consumo; a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto FL. *A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas*. 2001. Disponível em: <<https://osf.io/84b92/download>>. Acesso em: 23/02/2026
- CALDART, R. S.. *Educação do campo: notas para uma análise de percurso*. Trabalho, Educação e Saúde, v. 7, n. 1, p. 35–64, mar. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>>. Acesso em 23/02/2026
- CALDART, Roseli Salete. *Por uma educação do campo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- COSTA, Beatriz Souza; DIZ, Jamile B. Mata; DE OLIVEIRA, Márcio Luís. *Cultura de consumismo e geração de resíduos*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 2018 Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/download/17607/14391>>. Acesso 23/02/2026



COUTO, Aiala Colares. Do Tráfico, de Drogas na Periferia. Gangues, Pichações e Facções: Evolução e Configuração Geográfica dos Territórios do Tráfico de Drogas da Periferia de Belém Gangs, Picks And Factions: Evolution And Geographical Configuration Of Drug. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 07, n. 02, p. 119 -141, jul.-dez. / 2020.

Disponível

em:<https://scholar.archive.org/work/laevwm2wpzeona3k2wtm6xen5m/access/wayback/http://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/149/pdf_154>. Acesso 02/04/2024

DAL BELLO, Cíntia; ROCHA, Debora Cristine. A projeção do sujeito como objeto de desejo e de consumo nas redes sociais digitais. Texto apresentado no II Seminário Internacional de Pesquisa: CONSUMO: Afetividades e Vínculos-A cidade, o lugar, o produto, PUC-SP, 2012. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Debora-Rocha/publication/277475428_A_projecao_do_sujeito_como_objeto_de_desejo_e_de_consumo_nas_redes_sociais_digitais/links/556b325608aeab7772214440/A-projecao-do-sujeito-como-objeto-de-desejo-e-de-consumo-nas-redes-sociais-digitais.pdf>.

Acesso 21/02/2024

DE SILVA JUNIOR, Evandro Sérgio et al. Depressão entre adolescentes que usam frequentemente as redes sociais: uma revisão da literatura Depression among adolescents who frequently use social networks. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 3, p. 18838-1851, 2022. Disponível

em:<<https://scholar.archive.org/work/f34jngnxkfcwrbi62zmxoidtbq/access/wayback/https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/45299/pdf>>. Acesso 21/02/2024

DIAS, Alessandra Cabreira; DIAS, Gilmar Lopes; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Representação social da educação do campo para professores em formação. Psicologia & Sociedade, v. 28, p. 267-277, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/pPzgfCTX3zxKX3mHxX3QNcC/?format=html&lang=pt>>. Acesso 23/02/2026

EMBRAPA - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Nova Friburgo: 2020-2023. disponível em:

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/222952/1/Plano-Municipal-de-Desenvolvimento-Rural-Sustentavel-do-Municipio-de-Nova-Friburgo-2020-2023.pdf>>.

Acesso 23/02/2026

EMATER-RIO - ASPA. ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Relatório de Atividades 2020. Disponível em:

<<https://www.emater.rj.gov.br/relatorioatividadecorr20.pdf>>. Acesso 23/02/2026

ENGELS, Karl; MARX, Friedrich. Manifesto comunista. BOD GmbH DE, 1998.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. EPIDEMIOLOGIA DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO BRASIL, 2019. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/51927/TD_39.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso 23/02/2026



GOMES, Paulo Cesar da Costa. Estranhos vizinhos. O lugar da favela na cidade brasileira. Anuário Americanista Europeo, n. 1, p. 171-177, 2003. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3166013>>. Acesso 23/02/2026

IBGE - Cidades e Estados 2023. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso 23/02/2026

IBGE - Panorama 2022. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso 23/02/2026

IBEGE - Teresópolis (RJ). Prefeitura. 2015. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/historico>>. Acesso 23/02/2026

IBEGE - Teresópolis (RJ). Prefeitura. 2020. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html#:~:text=um%20Aglomerado%20Subnormal%3F-,Aglomerado%20Subnormal%20%C3%A9%20uma%20forma%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20irregular%20de%20terrenos,em%20%C3%A1reas%20restritas%20%C3%A0%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.>>>. Acesso 23/02/2026

LEFBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. El derecho a la ciudad. Barcelona: Ediciones Península, 1969

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. Mercator-Revista de Geografia da UFC, v. 12, n. 2, p. 85-102, 2013. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/pdf/2736/273628672007.pdf>>. Acesso 23/02/2026

MARX, Karl. O capital-Livro 1-Vol. 1 e 2: O processo de produção do capital. Editora José Olympio, 2016.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2022. Disponível em:<<https://www.oecdbetterlifeindex.org/countries/brazil/>>. Acesso 23/02/2026

PENSE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - Estatísticas. Saude Escolar 2015. Disponível em:<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/PENSE_Saude%20Escolar%202015.pdf>. Acesso 23/02/2026

PRETTO, Sloane Antoniazzi. O Conceito de Favela/Slum Segundo o IBGE e a ONU. 2013. Disponível em:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/92016/Poster_30704.pdf>. Acesso 23/02/2026



RODRIGUE, Pedro Barino; RONZANI, Telmo Mota. Consumo de drogas em contextos rurais: revisão sistemática na América Latina e Caribe. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 14, n. SPE, p. 1-19, 2021. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v14nspe/10.pdf>>. Acesso 23/02/2026

STAMPINI, Andreza Teixeira Guimarães et al. O impacto do processo de urbanização e consumo digital entre jovens rurais: uma análise a partir da literatura. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 3, p. 28333-28353, 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/download/26678/21133>>. Acesso 23/02/2026

THE WORLD BANK. Brasil 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>>. Acesso 23/02/2026
The World Bank. Brasil, População rural, 2022. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=BR>>. Acesso 23/02/2026

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Relatório Mundial sobre Drogas 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2019_-35-milhes-de-pessoas-em-todo-o-mundo-sofrem-de-transtornos-por-uso-de-drogas--enquanto- apenas-1-em-cada-7-pessoas-recebe-tratamento.html>. Acesso 23/02/2026

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Relatório Mundial sobre Drogas 2023 do UNODC alerta para a convergência de crises e contínua expansão dos mercados de drogas ilícitas. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2023/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2023-do-unodc-alerta-para-a-convergencia-de-criises-e-contnua-expanso-dos-mercados-de-drogas-ilcitas.html#:~:text=Novas%20estimativas%20do%20Relat%C3%B3rio%20Mundial,pessoas%20deslocadas%20por%20crises%20humanit%C3%A1rias.>>. Acesso 23/02/2026

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 17, n. 1, p. 60-85, 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5999/599964691002.pdf>>. Acesso 23/02/2026